



INFORMAÇÃO E CIDADANIA EM REDE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A COMUNICAÇÃO DE TERREIRO NAS REDES SOCIAIS

Eixo 05 – Educação, Comunicação, Informação, Direitos Humanos e Cidadania

Caio Mário Guimarães ALCÂNTARA¹

Ronaldo Nunes LINHARES²

Valéria Pinto FREIRE³

RESUMO

As intersecções entre comunicação, informação e cidadania ganham centralidade na cibercultura, especialmente quando analisadas pela perspectiva de grupos socialmente excluídos, como os povos de terreiros. Neste contexto, as redes sociais emergem como mediadoras culturais, mas o acesso pleno e qualificado a esses espaços virtuais ainda não é uma realidade para todos, sendo permeado por discussões sobre marcadores sociais e letramento digital. Assim, este artigo apresenta uma pesquisa descritiva que teve como objetivo caracterizar o uso das redes sociais para discussões sobre racismo, a partir do conteúdo publicado em um perfil de terreiro sergipano no Instagram. A discussão considerou três tópicos referentes aos conteúdos postados, sendo eles: o tipo de informação compartilhada, as fontes de informação e a interação dos seguidores. Constatou-se que, embora o terreiro utilize ativamente as redes sociais, ainda carece de estratégias de cuidado com a informação e seus vínculos com o exercício da cidadania. Os resultados apontam para a necessidade de ações de educação midiática voltadas às comunidades religiosas tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Candomblé; Cidadania; Letramento; Informação.

A cibercultura cria novas formas de organização social, de ativismo ou de resistência que exigem a articulação entre esses três elementos.

ABSTRACT

The intersections between communication, information, and citizenship gain centrality in cyberculture, especially when analyzed from the perspective of socially excluded groups, such as Afro-Brazilian religious communities. In this context, social media platforms emerge as cultural mediators; however, full and qualified access to these virtual spaces is still not a reality for all, as it is influenced by social markers and issues related to digital literacy. This article presents a descriptive study that aimed to characterize the use of social media for discussions on racism, based

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/Unit), Professor Assistente 1 dos Cursos de Comunicação Social da Unit e integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Sociedade (GECES/CNPq).

² Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular 2 do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/Unit), Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Sociedade (GECES/CNPq).

³ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Complutense de Madri (UCM), Diretora e Coordenadora Pedagógica do Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ), Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Sociedade (GECES/CNPq).



on content published by the Instagram profile of a Candomblé terreiro in the state of Sergipe, Brazil. The analysis focused on three aspects of the posts: the type of information shared, the sources of information, and follower interaction. The findings show that, although the terreiro actively uses social media, it still lacks strategies for managing information and linking it to the exercise of citizenship. The results highlight the need for media education initiatives targeting traditional religious communities.

KEYWORDS: Candomblé; Citizenship; Literacy; Information.

1 Introdução

Desde que Freire (2013) defendeu que a construção do conhecimento crítico depende do diálogo e da comunicação, e que a Unesco (2005) reconheceu o acesso à informação como um direito fundamental, tornou-se indissociável a relação entre processos comunicacionais e a formação de indivíduos com plenas condições de inserção social. Diversas pesquisas (Alcântara et al., 2018; Fernandes, 2021; Morais e Vieira, 2021) reforçam a importância desse acesso para a consolidação da cidadania, destacando o papel das mídias, especialmente as redes sociais, como espaços de mediação cultural e resistência (Martín-Barbero, 2009).

Entretanto, os processos comunicacionais também podem reforçar exclusões, distanciando-se do ideal habermasiano de espaço público, concebido como local de debate racional e crítico, onde a opinião pública se forma livre e igualitariamente (Habermas, 1997; 2012). Assim, se por um lado as redes sociais têm potencial para ampliar a circulação de informação qualificada e fomentar debates públicos, por outro, podem difundir narrativas que limitam a liberdade de expressão e comprometem a formação de uma opinião pública plural.

A democratização do acesso à informação exige, conforme Cunha (2014), atenção à qualidade das mediações e aos marcadores sociais que afetam a inclusão. A cidadania, compreendida como conquista coletiva, resulta de lutas nos campos civil, político e social (Marshall, 1967). Atualmente, ela assume sentidos múltiplos, que vão da concepção tradicional às possibilidades emancipatórias contemporâneas (Freire, Carvalho e Nobre, 2017) e reforça que o exercício da cidadania é lento e complexo, não garantindo, por si só, a resolução das desigualdades, mas configurando-se como uma aspiração (Carvalho, 2001).

No contexto brasileiro, discutir cidadania implica abordar a inclusão digital, elemento essencial para a participação social. O acesso à tecnologia e à informação, enquanto direito fundamental, enfrenta obstáculos que aprofundam desigualdades. A chamada brecha digital não se limita à ausência de conexão, mas envolve disparidades na qualidade do acesso, na disponibilidade



de dispositivos e no letramento digital necessário para o uso crítico dessas ferramentas. Essa lacuna se relaciona a marcadores como território, classe social, deficiência e, sobretudo, raça.

A superação desse cenário exige mais do que políticas públicas que garantam acesso à internet e equipamentos. É necessário investir em infraestrutura, acessibilidade digital e formação para professores e estudantes, promovendo uma cidadania em rede. No entanto, barreiras estruturais persistem, impedindo que grupos socialmente subalternizados tenham acesso efetivo a programas de educação midiática ou ao uso pleno de dispositivos e aplicativos.

Este estudo foca três marcadores centrais para a compreensão da desigualdade digital no Brasil: raça, território e classe social. Esses elementos, historicamente associados à exclusão, interseccionam-se na formação da brecha digital, afetando especialmente populações negras e pardas. As comunidades de terreiros de matriz africana exemplificam essa realidade. Segundo definição oficial, esses grupos possuem formas próprias de organização, ligadas à ancestralidade, religião e práticas culturais diversas. Seus territórios refletem uma sociabilidade específica, marcada pela diversidade estética, ritual e simbólica.

Fernandes (2023) destaca que os adeptos do candomblé enfrentam exclusões decorrentes não apenas da cor da pele, mas também de sua religiosidade. Apesar de mudanças recentes no perfil dos praticantes (IBGE, 2022), as comunidades de terreiro permanecem à margem de políticas públicas em áreas como educação e trabalho. Frequentemente localizados em zonas rurais ou periféricas, esses espaços sofrem com a falta de infraestrutura e são alvo de racismo e desinformação, sobretudo em um contexto de pós-verdade (Santaella, 2018).

Nesse cenário, o uso ético das redes sociais pode ser estratégico para disseminar informações qualificadas, combater estigmas e promover a formação crítica dos adeptos. Ao ocupar esses espaços digitais, os terreiros fortalecem uma práxis transformadora (Freire, 2013), na qual os próprios sujeitos se tornam produtores de narrativas, promovendo reflexões internas e externas à comunidade. Essa produção informacional ressignifica identidades e contribui para a consolidação da cidadania.

A pesquisa aqui relatada analisou o uso das redes sociais por um terreiro sergipano, com foco no Instagram, examinando três aspectos: tipo de informação compartilhada, fontes utilizadas e interação nas publicações. Os resultados mostram que, embora haja engajamento na plataforma, faltam estratégias voltadas à qualidade da informação e sua articulação com a cidadania e a ancestralidade. Evidencia-se, assim, a necessidade de políticas e práticas de educação midiática



voltadas às comunidades religiosas tradicionais, visando não apenas ampliar seu acesso digital, mas também potencializar seu protagonismo na construção de narrativas e direitos.

2 Os espaços no acesso à informação: redes sociais e a comunicação dos terreiros

A constituição de um terreiro envolve uma complexa relação entre espaço, pessoas, objetos e rituais. Marques (2016) e Evangelista (2015) destacam que a formação de uma casa de axé exige a confluência de forças que abrangem o aspecto espiritual da religião, além de corpos e lugares que se transformam pela dinâmica de funcionamento dos templos.

Simas e Rufino (2019) ressaltam que os terreiros, ao se estabelecerem, interferem na composição geográfica de cidades e regiões, influenciando a configuração cultural e social das comunidades. Essa ideia dialoga com Santos (2008), para quem o espaço físico resulta de interações em um campo de forças que se origina das técnicas humanas e de sua capacidade de transformar ambientes (Santos, 2023). Assim, um terreiro é simultaneamente um espaço de resistência e um território afetado pelas dinâmicas sociais e políticas que o circundam.

Historicamente, os terreiros se formaram em contextos de exclusão geográfica e política, consequência de uma sociedade estruturada sobre bases racistas que hierarquizaram sujeitos segundo suas origens étnicas. Essa estrutura se reflete nas violências enfrentadas por terreiros e adeptos do candomblé (Alcântara e Linhares, 2025) e na vulnerabilidade social de grande parte da população negra e parda, que possui acesso precário a saúde, educação, emprego e informação (IBGE, 2025). Esses fatores se interseccionam, impactando diretamente a participação social dos povos de terreiro.

A inclusão social dessas comunidades envolve duas dimensões centrais: o acesso à informação, essencial para a cidadania (Alcântara et al., 2018; Fernandes, 2021; Moraes e Vieira, 2021), e a emergência da cibercultura, contexto no qual as redes digitais se consolidam como espaços de sociabilidade, visibilidade e mobilização.

Segundo Lemos e Lévy (2010), a cibercultura transforma hábitos sociais, práticas de consumo cultural e modos de produção e distribuição da informação. Uma de suas principais características, conforme Lemos (2007), é a “liberação do polo de emissão”, que permite aos indivíduos produzir e difundir conteúdos de forma autônoma. Essa possibilidade favorece a



expressão de identidades e a construção de narrativas próprias, fortalecendo processos de conscientização e combate ao preconceito.

Nas redes sociais, os terreiros encontram um espaço estratégico para ampliar suas vozes, divulgar saberes, denunciar crimes e valorizar memórias e tradições (Pereira e Caputo, 2014; Corteze e Juvêncio, 2022). Zenha (2018) define essas plataformas como espaços que conectam pessoas em torno de interesses comuns, funcionando como arenas públicas de debate e mobilização.

Entretanto, o uso das redes pelas comunidades de terreiro enfrenta desafios estruturais. Freitas (2019) aponta que a popularização do candomblé no ambiente digital só foi possível graças à massiva aquisição de smartphones pelas classes populares. Dispositivos de alto custo, antes inacessíveis, passaram a ser adquiridos por meio de políticas de crédito e geração de renda, o que viabilizou a presença digital dessas comunidades. Ainda assim, o acesso a equipamentos adequados continua sendo uma barreira relevante.

Segundo Freitas (2019), a entrada das comunidades de terreiro nas redes significou mais do que visibilidade: representou a reelaboração de práticas culturais e a criação de novas estratégias para exercer o direito à comunicação. Esse processo pode ser ilustrado por mobilizações concretas ocorridas em Sergipe entre 2024 e 2025, articuladas principalmente via WhatsApp e Instagram.

Um exemplo foi a Alvorada dos Ojás, evento tradicional em Salvador (BA) que chegou a Aracaju em 2024 graças à mobilização digital. A cerimônia, que envolve a sacralização de ojás e sua fixação em árvores, simboliza a defesa da paz e da liberdade religiosa. Em Sergipe, sua realização só foi possível após intensa organização online, envolvendo definição de datas, percurso e divisão de tarefas entre os terreiros. O evento teve grande adesão e consolidou-se com nova edição em 2025.

Outro caso foi o Padê de Exu, marco histórico para os terreiros da capital sergipana. Tradicionalmente, os festejos oficiais de Aracaju incluíam eventos cristãos, mas não contemplavam as religiões de matriz africana. Em 2025, após audiências públicas e campanhas nas redes, foi realizado o primeiro xirê público na praça dos mercados centrais, em parceria com a prefeitura. A iniciativa simbolizou reconhecimento e valorização institucional da religião.

Ambos os eventos tiveram ampla cobertura midiática, rompendo com o padrão identificado por Alcântara e Linhares (2025), que apontam como a mídia tradicional geralmente retrata os terreiros de forma pontual e estigmatizada. As redes sociais, nesse sentido, têm



funcionado como plataformas de propagação de narrativas próprias, valorizando identidades e saberes do candomblé.

Apesar desses avanços, a pesquisa mostra que o uso das redes pela comunidade de terreiro ainda é limitado e fragmentado. Embora haja exemplos de mobilização e conteúdo crítico, predomina um uso pontual e superficial, mais voltado ao entretenimento do que à reflexão ou ao debate político (Buckingham, 2010). Essa limitação está ligada a fatores como baixo letramento digital, escolaridade precária e falta de recursos tecnológicos. Muitos adeptos acessam a internet por meio de aparelhos obsoletos, o que restringe suas possibilidades de produção e interação.

Esses fatores evidenciam a importância de compreender como os marcadores sociais da diferença — raça, território e classe social — impactam o acesso digital. Tais marcadores influenciam não apenas a presença nas redes, mas também a qualidade da participação e o potencial de mobilização coletiva. Enquanto algumas comunidades conseguem estruturar campanhas e eventos, outras permanecem excluídas dos processos informacionais, perpetuando desigualdades históricas.

Diante desse cenário, foi desenvolvido o estudo aqui relatado, com foco na análise do perfil do Instagram do Ilè Asé Alaketu Alá Ègbé Ofá Omí, em Sergipe. O perfil apresenta publicações sobre conscientização racial e valorização cultural, ainda que de forma não sistemática. A pesquisa buscou compreender como esse espaço é utilizado na promoção de debates e na difusão de narrativas sobre identidade, racismo e cidadania.

A análise do conteúdo revelou que, apesar do engajamento pontual, falta uma estratégia consolidada de uso das redes como ferramentas de transformação social. As publicações carecem de aprofundamento e de conexão direta com ações de educação midiática que possibilitem à comunidade compreender criticamente as potencialidades e os limites do ambiente digital.

Assim, os resultados indicam que, para além do acesso físico às redes, é necessário promover formação digital crítica, envolvendo tanto a comunidade religiosa quanto instituições públicas. Somente a partir desse processo será possível fortalecer as narrativas dos terreiros e consolidar sua presença como sujeitos ativos na construção da cidadania digital.

3 Metodologia

O estudo classifica-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, construído a partir de



uma amostra intencional, caracterizada como indicação deliberada de indivíduos e elementos, baseada “[...] na experiência e capacidade do pesquisador em reconhecer características destes indivíduos em propiciar a informação de dados relevantes” (Campos e Saidel, 2022, p. 411).

Essa amostra é constituída por posts feitos no perfil do terreiro selecionado para o estudo⁴, com a coleta sendo realizada entre os dias 25 e 30 de junho de 2025. Essa etapa considerou o universo total de 179 posts publicados até então, que foram visualizados em termos imagéticos e de conteúdo textual para verificar quais estavam alinhadas com a proposta deste estudo. Do total de conteúdo publicado, foram destacados os 10 *posts* que versam sobre as questões referentes ao combate e conscientização contra o racismo e que compõem o *corpus* de análise, disposto no quadro 1.

Quadro 01 – Configuração do *corpus* de análise

Descrição	Tipo de informação	Fonte	Interação
Card em alusão ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa com legenda falando sobre o terreiro como espaço de inclusão	Opinião	Não	Cinco comentários, três deles com emojis de palmas, um com emojis de coração e um em que um dos filhos da casa afirma ter orgulho de seu sacerdote.
Sequência de fotos relacionadas com a Orixá Yemanjá com legenda falando sobre a apropriação da imagem da orixá.	Opinião	Não	Dois comentários, um com a palavra “Lindo!” e outro com uma frase destacando a orixá como uma “mãe preta”.
Fotografia do babalorixá, em alusão ao Dia da Consciência Negra com legenda destacando o papel do terreiro na construção de consciência sobre as lutas étnicas	Opinião	Não	Dois comentários, um com a palavra “Lindo” e outro destacando a beleza do babalorixá. Ambos feitos por filhos da casa.
Card em alusão ao Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé com legenda sobre as violências sofridas pelos povos de terreiro	Opinião	Não	Dois comentários, um falando sobre o orgulho do pertencimento a uma casa em que esses temas são discutidos e combatidos e outro falando sobre a importância da data na luta contra o preconceito e o racismo religioso.
Fotografia em alusão ao culto dos preto-velhos com legenda sobre a contribuição dos povos escravizados para a formação cultural do Brasil	Reflexão crítica	Não	Dois comentários, sendo os dois trechos de pontos (orações cantadas) das entidades.
Card em alusão ao Dia Nacional Contra a Discriminação Racial das Tradições das Raízes de Matrizes	Opinião	Não	Apenas um comentário, sendo este um emoji representando um punho fechado, um dos símbolos atribuídos ao movimento

⁴ @_ofaomi_



Africanas e Nações do Candomblé com legenda sobre a importância da data			negro.
Vídeo com registro da participação do terreiro na Alvorada dos Ojás com legenda explicativa sobre o evento	Registro	Não	Dois comentários com emojis, três comentários com elogios pela participação e dois comentários com discussões, um falando sobre a importância da união dos terreiros pela causa e outro falando sobre os efeitos da falta de informação sobre o candomblé na sociedade.
Card pelo Dia da Consciência Negra com legenda sobre a inclusão social dos povos negros	Reflexão crítica	Não	Dez comentários, todos contendo apenas emojis.
Vídeo pelo Dia Nacional de Combate à intolerância Religiosa com legenda explicando a origem e a motivação de criação da data	Opinião	Não	Cinco comentários, todos contendo apenas emojis.
Vídeo pelo Dia Nacional das Tradições de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé com legenda sobre a importância dos terreiros pensarem o futuro da comunidade	Opinião	Não	Dez comentários, quatro contendo emojis e seis com relatos pessoais de pessoas afirmando orgulho pela identidade religiosa.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores

As discussões baseiam-se no método da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), que constrói reflexões a partir da compreensão de significados e padrões em conjunto de dados, com adaptações advindas de uma concepção multirreferenciada, as quais propõem olhares plurais centrados na subjetividade do pesquisador (Macedo, 2012). Essas adaptações possibilitaram recortes e opções na seleção de fontes e definição de categorias que contribuiriam para o alinhamento entre a concepção da proposta e o estudo desenvolvido.

Para o estudo foram considerados o conteúdo visual, textual e os comentários de cada um dos posts, com verificação de três aspectos, aqui considerados como categorias: descrição do conteúdo, tipo de informação trabalhada, e a análise da interação a partir da configuração dos comentários. A análise foi feita individualmente, considerando cada post em particular, com toda a discussão compondo 10 tabelas que ao final do processo, foram reunidas em uma tabela geral, que possibilitou a análise aqui disposta.

4. Os espaços no acesso à informação: redes sociais e a comunicação dos terreiros



O perfil analisado foi criado em 2019, com publicações contínuas, mas baixa frequência se comparado a outros perfis institucionais no Instagram, com média de duas postagens por mês. Atualmente, conta com 1.840 seguidores e não apresenta organização visual ou padronização estética. O conteúdo é variado, abrangendo desde temas relacionados a este estudo até a divulgação de festas e cerimônias do terreiro.

Em relação às discussões sobre racismo, observa-se pouca mobilização e baixo aproveitamento do potencial das redes como espaço de debate e conscientização. Menos de 10% das publicações tratam diretamente do tema. Além disso, nenhuma postagem apresenta referência a fontes, mesmo ao abordar temas complexos, permeados por desinformação. Essa ausência limita o caráter educativo das publicações e fragiliza sua função de combate às *fake news* (Santaella, 2018).

Um exemplo é um post sobre o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007, em homenagem à ialorixá Mãe Gilda, vítima de difamação por grupos evangélicos, que culminou na invasão de seu terreiro e em seu falecimento (Souza, 2022). Embora cite o fato, a publicação não aprofunda a discussão nem apresenta referências, reduzindo seu potencial informativo.

A falta de fontes também impede a criação de redes de conhecimento, que poderiam ampliar o alcance das narrativas, divulgar novos autores e fortalecer os saberes de matriz africana. Na internet, há ampla variedade de materiais sobre os temas abordados, e não os explorar representa perda dupla: fragiliza a confiabilidade do conteúdo e limita a conexão com outras vozes e perspectivas.

Outro ponto identificado é a periodicidade concentrada em datas comemorativas, como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, o Dia da Consciência Negra e o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas. Essa prática repete o padrão observado por Alcântara e Linhares (2025) na mídia tradicional de Sergipe, que só pauta o candomblé em datas específicas, reforçando estigmas. Assim, os próprios terreiros acabam reproduzindo uma lógica excludente, que historicamente marginaliza suas práticas e narrativas (Freitas, 2003).

A análise também evidenciou um desconhecimento sobre o funcionamento da mídia por parte de muitos adeptos. Embora haja pouca literatura específica sobre consumo midiático em comunidades de terreiro, observações de campo indicam que prevalece o consumo de televisão aberta e plataformas de streaming, com pouca diversidade de fontes. Isso limita repertórios culturais e dificulta uma leitura crítica dos meios, o que seria viabilizado pelo letramento midiático



(Buckingham, 2010). Essa formação crítica poderia ampliar entendimentos e representações, como propõe Hall (2003) ao tratar das dinâmicas culturais e identitárias.

Entre as publicações analisadas, apenas duas se relacionam diretamente ao culto e à ancestralidade: uma sobre a imagem de Yemanjá, defendendo a utilização de representações ligadas às tradições africanas, e outra sobre a contribuição dos povos escravizados, por meio das entidades conhecidas como pretos-velhos, para a formação cultural do Brasil. Esse número reduzido indica baixa valorização da religiosidade nos conteúdos digitais.

A linguagem usada nas publicações também se mostra distante das estratégias que favorecem engajamento na plataforma. O Instagram privilegia vídeos, devido a disputas de mercado com outras redes, mas o perfil analisado publica majoritariamente fotos e cards, com apenas três vídeos no período estudado. Isso limita o alcance orgânico e pode indicar dificuldades técnicas na produção audiovisual. Criar vídeos exige dispositivos adequados, softwares de edição — muitas vezes pagos — e domínio de termos técnicos, frequentemente em língua estrangeira. Esses fatores reforçam a importância do acesso à educação e à formação digital para ampliar a presença das comunidades nas redes.

Quanto ao tipo de informação, há um aspecto positivo: a proporção de publicações voltadas à conscientização é maior que a média encontrada em outros perfis de terreiros no estado (Alcântara e Linhares, 2025). Porém, grande parte desse conteúdo se limita ao campo opinativo, sem aprofundar debates ou incentivar participação dos seguidores. Apenas três postagens se destacaram por apresentar conteúdo reflexivo ou divulgar eventos relevantes.

As legendas seguem uma linguagem mais formal e extensa, diferente do padrão do Instagram, que privilegia textos curtos, leves e interativos, com uso de emojis e perguntas. Esse formato pode dificultar a aproximação com o público e reduzir o engajamento.

Os dados de interação confirmam esse distanciamento. Apesar do número expressivo de seguidores, cada publicação recebe, em média, apenas quatro comentários. A análise desses comentários revelou que a maioria consiste apenas em emojis, sem construção de argumentos ou relatos. Embora possam ser vistos como linguagem própria das redes (Paiva, 2016), eles limitam o debate e a expressão de ideias mais complexas.

Esses elementos revelam duas questões centrais: a primeira delas é a baixa participação crítica, com pouco estímulo ao debate e a segunda, a fragilidade no conteúdo produzido, que não alcança seu potencial transformador. Apesar disso, as redes sociais já se consolidaram como



espaços de comunicação para os terreiros. No entanto, permanecem lacunas relacionadas ao consumo e à produção de informação. Muitas dessas limitações estão ligadas à estrutura social excludente, que historicamente restringiu o acesso dessas comunidades a educação, emprego, saúde e tecnologia.

A exclusão informacional é reflexo direto dessas desigualdades. Sem formação crítica, os indivíduos têm dificuldade em compreender a natureza e os processos da comunicação. Assim, não conseguem usar plenamente os recursos digitais, limitando sua atuação como cidadãos no ambiente online.

A educação midiática surge como estratégia essencial para enfrentar esses desafios. Educar *para e com* as mídias significa integrar os recursos da cibercultura aos processos educativos, ampliando a compreensão crítica dos meios e incentivando a produção autônoma de narrativas. Essa proposta exige não apenas mudanças pedagógicas, mas também compromisso político, já que o fortalecimento do letramento midiático implica repensar as estruturas históricas do pensamento ocidental e incluir os saberes e identidades dos povos de terreiro.

A formação crítica deve estar articulada a outras ações, como políticas públicas de inclusão digital, capacitação técnica e valorização cultural. Assim, será possível transformar o uso das redes sociais de uma presença limitada e reativa para uma atuação estratégica e emancipatória, fortalecendo a cidadania digital dessas comunidades.

Em síntese, a análise do perfil mostra avanços na utilização das redes, mas também revela fragilidades significativas: baixa diversidade de conteúdo, pouca interação, ausência de fontes e restrições técnicas. Essas lacunas não se devem apenas a escolhas individuais, mas refletem desigualdades estruturais que afetam a inserção plena das comunidades de terreiro na sociedade digital. Superá-las demanda ações coletivas e intersetoriais, nas quais a educação, a cultura e a comunicação se articulem como eixos transformadores.

5 Considerações finais

As relações entre comunicação, informação e cidadania assumem papel central na contemporaneidade, sobretudo quando se trata de grupos historicamente excluídos de direitos básicos, como os povos de terreiro. Essas comunidades, formadas por indivíduos que enfrentam



racismo, preconceito e diversas formas de violência, vivenciam diariamente desafios que extrapolam o campo religioso, alcançando dimensões sociais, políticas e culturais.

Nesse contexto, as redes sociais emergem como ferramentas com potencial de fortalecimento da cidadania e de visibilidade para suas pautas. Elas podem funcionar como espaços de denúncia, resistência e afirmação identitária, desde que usadas de forma estratégica. Partindo dessa perspectiva, este estudo buscou analisar como um terreiro sergipano utiliza o Instagram para dialogar sobre racismo, investigando o conteúdo de suas publicações e a interação com os seguidores.

Os resultados revelam que, embora haja uso ativo da rede social, ainda faltam estratégias voltadas ao cuidado com a informação, à construção de narrativas fundamentadas e à promoção de debates que incentivem a participação crítica da comunidade. Assim, percebe-se a urgência de ações de educação midiática que integrem saberes tradicionais às práticas digitais, garantindo que essas vozes sejam fortalecidas no ambiente online.

O estudo também evidencia que essa realidade não se limita ao perfil analisado. Diversos terreiros já utilizam as redes de maneira significativa, mas há desigualdades no acesso, na formação digital e na compreensão do papel político da comunicação.

Conclui-se que é necessário ampliar o debate sobre a conscientização dos povos de terreiro quanto à sua identidade, luta e direitos, além de promover iniciativas que assegurem o acesso qualificado à informação. Essa encruzilhada, na qual tradição e tecnologia se encontram, representa uma oportunidade única de reorientar práticas sociais em direção a uma cultura mais inclusiva, democrática e plural.

Referências

ALCÂNTARA, Caio Mário Guimarães; ANDRADE, Luiz Rafael dos Santos; LINHARES, Ronaldo Nunes; FREIRE, Valéria Pinto. O jovem e as mídias: conhecimento e cibercidadania. **Educação e Cultura Contemporânea**, vol 16, n 42, p. 122-145, 2018. Disponível em <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/1933> Acesso: 29 jun. 2025.

ALCÂNTARA, Caio Mário Guimarães; LINHARES, Ronaldo Nunes. Comunicação e religiosidade: reflexões sobre cibercultura, racismo religioso e sociedade. **Comunicação & Educação**, vol. 30, n. 1, p. 57-71. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v30i1p57-71> Acesso: 30 jun. 2025.



BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 3, p. 37-58, set/dez, 2010. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13077> Acesso: 29 jun. 2025.

CAMPOS, Claudinei José Gomes; SAIDEL, Maria Giovana Borges. Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 10, n. 25, p. 404-424, set/dez, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.25.545> Acesso em: 30 jun. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CORTEZE, Fernando; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. O fenômeno da internet na religião oral: a influência das mídias sociais no candomblé. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, Jan/Jun, 2022. Disponível em <https://revistas.ufjf.br/index.php/rca/article/view/48147> Acesso: 30 jun. 2025.

CUNHA, Claudia Silveira da. Os serviços eletrônicos de implementação da Lei de Acesso à Informação pública e os serviços de informação ao cidadão. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação: contexto, historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 185-196.

EVANGELISTA, Daniele Ferreira. Fundando um axé: reflexões sobre o processo de construção de um terreiro de candomblé. **Relig. soc.**, v. 35, n. 1, p. 63-85, jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n1cap03>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FERNANDES, Nathália Vince Esgalha. Racismo estrutural e religioso con-tra povos e comunidades tradicionais de terreiro durante a pandemia do COVID-19. **Revista Calundu**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 19-35, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v6i2.46422> Acesso: 29 jun. 2025.

FERNANDES, Rômulo Magalhães; Direito à comunicação e cidadania: o processo democrático no centro do debate. **Revista Katálysis**, vol 24, n 1, p. 139-145, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75050> Acesso: 29 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. Candomblé e mídia: breve histórico da tecnologização das religiões afro-brasileiras nos e pelos meios de comunicação. **Acervo**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 63-88, 2003. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/148/148> Acesso: 01 jul. 2025.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. Candomblé e Internet: ejó, conflito e publicização do privado em mídias digitais. **Revista Tabuleiro de Letras**, vol. 13; n. 2, dez., 2019. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/7767> Acesso: 30 jun. 2025.



HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet:** em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010)

LEMONS, André. Cibercultura como território recombinate. In: MARTINS, Camila Duprat; SILVA, Daniela Castro e; MOTTA, Renata (org). **Territórios recombinaentes:** arte e tecnologia. São Paulo: Instituto Sérgio Motta, 2007. p. 35-46. Disponível em:

<https://edumidiascomunidadesurda.files.wordpress.com/2016/05/andrc3a9-lemos-cibercultura-como-territc3b3rio-recombinante.pdf> Acesso: 30 jun. 2025.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa implicada:** pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARQUES, Lucas. **Caminhos e Feituras:** seguindo ferramentas de santo em um candomblé da Bahia. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), 182 fls, Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. MORAIS, Ângela Teixeira de; VIEIRA, Larissa Machado (orgs). Democracia, comunicação e cidadania [ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/76/o/Democracia_Comunica%C3%A7%C3%A3o_e_Cidadania_Final_12_05_2022.pdf Acesso: 29 jun. 2025.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A linguagem dos emojis. Trab. Ling. Aplic., Campinas, vol. 55, n. 2, p. 379-399, maio/ago, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tla/a/hnGPY5pRNfGbwKJ8JjHTjgF> Acesso: 01 jul. 2025.

PEREIRA, Máira Conceição Alves; CAPUTO, Stela Guedes. Dialogando com narrativas digitais e aprendizagens nos terreiros de candomblé. **Revista Espaço e Tempo**, p. 45-52, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/3450/3013> Acesso: 30 jun. 2025.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2008.



SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Volume 1. São Paulo: Edusp, 2023.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. UNESCO. **La convención sobre la diversidad de las expresiones culturales de 2005**. Paris:

SOUZA, André Ricardo de. A busca ecumênica de apoio aos adeptos dos cultos afro-brasileiros vitimados por intolerância. **Tempo Social**, vol. 34, n. 1, p. 83-104, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/wK9rD3MTPfYRkCpvGqMN7Sb/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 01 jul. 2025.

UNESCO, 2005. Disponível em <https://www.unesco.org/creativity/es/2005-convention> Acesso: 29 jun. 2025.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de Educação**, ano 20, n. 49, v. 1, p. 19-42, 2018. Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/download/2809/1541> Acesso: 30 jun. 2025.